

COMO AS DEMOCRACIAS MORREM: uma análise crítica à luz do contexto brasileiro

HOW DEMOCRACIES DIE: a critical analysis in light of the brazilian context and social vulnerability

Victor Pinto¹

RESUMO

O presente artigo propõe uma análise crítica da tese defendida por Steven Levitsky e Daniel Ziblatt em *Como as Democracias Morrem*, especificamente no que tange ao papel dos partidos políticos como principais guardiões da democracia. Embora essa premissa seja aplicável ao contexto dos Estados Unidos, observa-se que, no Brasil, a função de proteção democrática tem sido desempenhada de maneira mais incisiva pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pela imprensa. A partir de uma abordagem exploratória e qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise doutrinária, este estudo busca demonstrar a inadequação do modelo proposto pelos autores quando aplicado à realidade brasileira. A fragilidade dos partidos políticos no Brasil e sua permeabilidade a interesses diversos fazem com que outras instituições assumam esse papel, o que impõe uma reflexão sobre a dinâmica de preservação da democracia no país.

Palavras-chave: democracia; partidos políticos; Supremo Tribunal Federal; imprensa; Brasil.

ABSTRACT

This article proposes a critical analysis of the thesis defended by Steven Levitsky and Daniel Ziblatt in *How Democracies Die*, specifically regarding the role of political parties as the main guardians of democracy. Although this application is applicable to the context of the United States, it is observed that, in Brazil, the function of democratic protection has been performed more incisively by the Supreme Federal Court (STF) and the press. Based on an exploratory and qualitative approach, based on a bibliographic review and doctrinal analysis, this study seeks to demonstrate the inadequacy of the model proposed by the authors when applied to the Brazilian reality. The fragility of political parties in Brazil and their permeability to diverse interests cause other institutions to assume this role, which requires a reflection on the dynamics of preserving democracy in the country.

Keywords: democracy; political parties; Supreme Federal Court; press; Brazil.

* Jornalista formado pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Advogado. Bacharel em Direito pela Universidade Católica do Salvador (Ucsal).

1 INTRODUÇÃO

A obra *Como as Democracias Morrem*² emerge como uma análise detalhada do declínio democrático, sustentando que a força das instituições democráticas reside fundamentalmente na robustez dos partidos políticos. A tese central dos autores postula que são os partidos que funcionam como barreiras institucionais contra a ascensão de líderes autoritários, atuando como filtros essenciais na proteção da democracia. Esse modelo, segundo Levitsky e Ziblatt, foi determinante para a solidez da democracia nos Estados Unidos, onde as elites partidárias historicamente desempenharam um papel crucial na seleção de candidatos e na manutenção da estabilidade institucional.

Contudo, ao observar a realidade brasileira, torna-se evidente que esse modelo não encontra uma correspondência direta. O Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, apresenta um sistema partidário altamente fragmentado, permeado por alianças voláteis, fisiologismo e baixa coerência ideológica³.

A estrutura partidária brasileira não se configura como um mecanismo sólido de contenção de líderes extremistas, mas sim como um sistema permeável a influências populistas e oportunistas, muitas vezes atuando como facilitador de instabilidades políticas.

O cenário político nacional caracteriza-se por uma volatilidade acentuada, com partidos que, longe de operarem como garantidores da ordem democrática, frequentemente demonstram fragilidade organizacional, ausência de programas consistentes e uma grande suscetibilidade a interesses particulares. O fenômeno do “presidencialismo de coalizão”⁴ exemplifica como a necessidade de governabilidade impulsiona negociações que nem sempre priorizam a solidez das instituições, mas sim a conveniência momentânea. O alinhamento ideológico dos partidos políticos brasileiros é frequentemente secundário em relação aos interesses pragmáticos de ocupação do poder, e isso compromete sua capacidade de agir como filtros democráticos eficazes.

Dessa forma, em um contexto onde os partidos não desempenham o papel esperado na preservação democrática, outras instituições acabam assumindo essa responsabilidade. No Brasil, essa função tem sido progressivamente exercida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pela imprensa, ambos emergindo como atores fundamentais na contenção de retrocessos democráticos e no combate a investidas autoritárias.

O Supremo Tribunal Federal, enquanto guardião da Constituição, tem sido protagonista em momentos de crise institucional, intervindo para impedir medidas que possam comprometer o equilíbrio democrático. reflete justamente esse fenômeno: o STF tem sido acionado reiteradamente para decidir questões que, em um sistema partidário mais estruturado, deveriam ser resolvidas no âmbito político. Essa atuação intensificada do Judiciário levanta debates sobre os limites de sua interferência e os riscos de um protagonismo excessivo, mas, ao mesmo tempo, evidencia o vácuo deixado pelos partidos na defesa da ordem democrática.

Paralelamente, a imprensa brasileira consolidou-se como um ator essencial na fiscalização do poder e na denúncia de ações que ameaçam a estabilidade democrática. Desde os anos 1990, grandes veículos de comunicação, como Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, têm exercido um papel fundamental na exposição de escândalos políticos e na vigilância sobre o comportamento das autoridades públicas. Esse papel se intensificou nas últimas décadas, à medida que novas ameaças à

2 LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. p13-18.

3 MAINWARING, SCOTT. *RETHINKING PARTY SYSTEMS IN THE THIRD WAVE OF DEMOCRATIZATION: THE CASE OF BRAZIL*. STANFORD: STANFORD UNIVERSITY PRESS, 1999. p.10.

4 ABRUCIO, Fernando Luiz. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2007. p.166.

democracia surgiram, demandando uma atuação cada vez mais incisiva dos meios de comunicação.

Um exemplo notório dessa dinâmica ocorreu durante a crise política que resultou no impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Enquanto os partidos políticos demonstravam uma falta de coesão na condução do processo, a imprensa e o STF desempenharam papéis determinantes na legitimação e regulação do evento. O Judiciário, ao arbitrar os limites do processo, e a imprensa, ao expor os bastidores da crise, tornaram-se os verdadeiros protagonistas no que deveria ser uma disputa essencialmente partidária. Esse episódio reforça a tese de que, no Brasil, a proteção da democracia não reside primariamente nos partidos políticos, mas sim em instituições como a imprensa e o STF, que, por diferentes meios, têm atuado para conter ameaças autoritárias.

A ausência de partidos fortes e ideologicamente coesos não apenas compromete a filtragem de líderes extremistas, como também contribui para a polarização do debate público. O enfraquecimento da mediação partidária deixa um vácuo que é preenchido por discursos populistas e pela radicalização política. Esse fenômeno pode ser observado na ascensão de líderes que, alheios às tradições partidárias, constroem sua base política por meio do confronto direto com as instituições, deslegitimando o sistema e promovendo narrativas antidemocráticas.

A fragilidade do sistema partidário brasileiro também favorece um cenário em que as crises políticas se tornam recorrentes e de difícil resolução. Sem um sistema partidário que funcione como elemento estabilizador, as disputas políticas frequentemente transbordam para o Judiciário, que passa a ser visto como instância decisória de última instância. Esse fenômeno de hiperjudicialização da política é sintomático de um sistema em que as instituições democráticas tradicionais não conseguem exercer suas funções de maneira plena.

Portanto, ao analisar criticamente a tese defendida por Levitsky e Ziblatt, conclui-se que a ideia de partidos políticos como guardiões da democracia não se aplica ao Brasil da mesma forma que aos Estados Unidos. Enquanto nos EUA a estrutura bipartidária fornece um mecanismo robusto de filtragem de candidatos e contenção de ameaças democráticas, no Brasil a fragmentação partidária e a volatilidade política tornam essa função ineficaz. Em seu lugar, emergem o STF e a imprensa como atores centrais na defesa da ordem democrática, ocupando um espaço que, em outras realidades, seria desempenhado pelos partidos políticos.

A análise do contexto brasileiro demonstra que, em democracias com partidos frágeis e instáveis, a defesa das instituições acaba sendo delegada a outros atores, que assumem um protagonismo muitas vezes controverso. No caso do STF, sua atuação intensa levanta debates sobre ativismo judicial e os riscos de um Judiciário excessivamente intervencionista. Já no caso da imprensa, sua influência na formação da opinião pública e no direcionamento do debate político suscita questionamentos sobre a imparcialidade e o papel dos meios de comunicação na manutenção do equilíbrio democrático.

Diante desse cenário, é fundamental refletir sobre o futuro da democracia brasileira e sobre os caminhos possíveis para fortalecer suas instituições. A dependência excessiva de atores como o STF e a imprensa pode representar uma solução emergencial, mas não substitui a necessidade de um sistema partidário funcional e robusto. O desafio, portanto, reside em como reconstruir a credibilidade dos partidos políticos e dotá-los da capacidade de desempenhar sua função essencial na proteção da democracia.

Em suma, a análise comparativa entre o modelo proposto por Levitsky e Ziblatt e a realidade brasileira revela um descompasso significativo. Se nos Estados Unidos os partidos políticos atuam

como baluartes da estabilidade democrática, no Brasil essa função tem sido desempenhada por outras instituições, como o STF e a imprensa. Essa realidade impõe desafios e abre espaço para debates sobre os rumos da democracia no país, exigindo uma reflexão profunda sobre como fortalecer as estruturas institucionais e garantir a resiliência democrática em um ambiente de crescente instabilidade política.

3 o papel dos partidos políticos na proteção da democracia

A concepção de Levitsky e Ziblatt⁵ sobre os partidos políticos como guardiões da democracia fundamenta-se na ideia de que a estrutura bipartidária dos Estados Unidos confere estabilidade ao regime democrático, ao impedir que lideranças antidemocráticas ascendam ao poder por meio de mecanismos internos de filtragem. Em um sistema no qual as lideranças partidárias desempenham um papel determinante na escolha de candidatos e na construção de alianças, cria-se um obstáculo significativo para aqueles que desafiam as normas institucionais e buscam corroer os fundamentos da democracia por dentro. Essa dinâmica permite que os partidos políticos funcionem como barreiras contra extremismos e impeçam que figuras populistas, descomprometidas com a ordem democrática, assumam postos de relevância no cenário político.

Entretanto, essa realidade encontra desafios profundos quando transposta para o contexto brasileiro. O Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, possui um sistema pluripartidário marcado por uma fragmentação intensa e instabilidade crônica. Essa fragmentação resulta em uma fluidez ideológica elevada, onde as siglas partidárias frequentemente operam como veículos pragmáticos de ocupação de espaços políticos, e não como instituições sólidas de representação de interesses sociais e políticos bem definidos⁶. Nesse cenário, o papel de guardiões da democracia, que nos Estados Unidos é desempenhado pelos partidos, encontra dificuldades estruturais no Brasil.

O sistema partidário brasileiro caracteriza-se por um alto número de legendas formalmente registradas, muitas das quais carecem de identidade programática consistente e operam essencialmente como cartéis políticos voltados à maximização de ganhos eleitorais e ao acesso a recursos do fundo partidário e do fundo eleitoral. Em contraste com a estrutura americana, onde a competição entre dois grandes partidos promove uma maior previsibilidade política e institucional, o Brasil vive um ambiente de intensa volatilidade, no qual alianças são formadas e desfeitas de maneira oportunista, comprometendo a estabilidade institucional. Esse fenômeno impede que os partidos atuem como barreiras eficazes contra a ascensão de líderes com tendências autoritárias, uma vez que os interesses imediatos da ocupação do poder frequentemente se sobrepõem à necessidade de preservação das normas democráticas.

A ausência de disciplina partidária no Brasil agrava esse quadro, tornando os partidos vulneráveis a pressões externas e internas que dificultam a construção de uma estrutura institucional robusta e coerente. Como destaca Power⁷, a indisciplina partidária manifesta-se na constante migração de políticos entre siglas, na falta de coerência programática e na dificuldade em manter alinhamentos estratégicos consistentes. A consequência direta desse fenômeno é a fragilidade do sistema partidário como um todo, o que permite a emergência de figuras populistas e a formação de coalizões governamentais altamente heterogêneas, cuja principal base de sustentação é a negociação de cargos e favores políticos, e não a convergência programática em torno de um projeto de país.

5 LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. p.31.

6 MELO, Carlos Ranulfo; ALMEIDA, Acir. *A política brasileira em tempos de crise*. São Paulo: Editora UFMG, 2016. p.48.

7 POWER, Timothy J. *O presidencialismo de coalizão na América Latina: Brasil em perspectiva comparada*. São Paulo: Editora FGV, 2018. p.33.

A ausência de uma filtragem eficaz dentro dos partidos políticos brasileiros significa que não há uma barreira institucional sólida contra a ascensão de líderes com posturas autoritárias. Diferentemente dos Estados Unidos, onde o partido pode impedir a candidatura de um indivíduo considerado uma ameaça ao sistema democrático, no Brasil as legendas muitas vezes funcionam apenas como plataformas eleitorais temporárias, sem capacidade real de conter políticos que desrespeitam normas e princípios institucionais. Essa ausência de mecanismos internos de controle abre espaço para a manipulação das regras eleitorais por aqueles que, uma vez no poder, passam a deslegitimar as instituições democráticas e buscar sua própria perpetuação.

Outro fator que enfraquece o papel dos partidos políticos na proteção da democracia no Brasil é a relação entre o Executivo e o Legislativo. O sistema presidencialista de coalizão brasileiro impõe a necessidade de negociações constantes para garantir governabilidade, o que muitas vezes resulta em concessões que favorecem partidos menores e reduzem o poder de coordenação dos grandes partidos. Esse modelo cria uma dinâmica na qual a sobrevivência política depende menos da solidez institucional dos partidos e mais da habilidade de formar alianças estratégicas momentâneas. Isso gera um ambiente político no qual a disciplina partidária é constantemente desafiada, dificultando a construção de um sistema que seja capaz de atuar como guardião da democracia.

Ademais, a baixa institucionalização dos partidos brasileiros os torna suscetíveis a interferências externas, incluindo o financiamento empresarial de campanhas e a influência de grupos de interesse específicos. Ainda que a reforma política tenha buscado mitigar esses problemas com a proibição das doações empresariais, a influência econômica sobre as siglas permanece forte, afetando sua capacidade de atuar como barreiras contra ameaças à democracia. O enfraquecimento dos mecanismos internos de governança partidária também dificulta a criação de critérios claros para a escolha de candidatos, permitindo que indivíduos com histórico de práticas antidemocráticas utilizem as legendas como meros instrumentos para alcançar o poder.

O impacto desse modelo sobre a estabilidade democrática brasileira é evidente. A volatilidade das alianças partidárias e a ausência de um sistema de filtragem eficaz permitem que figuras políticas com discursos e práticas autoritárias acessem cargos estratégicos, corroendo gradualmente a confiança na democracia representativa. Além disso, a falta de um eixo ideológico coeso dentro dos partidos políticos impede a formação de um bloco de defesa da democracia, tornando as instituições mais vulneráveis a ataques populistas.

Diante desse cenário, o Brasil tem experimentado um processo de deslocamento da responsabilidade de proteção da democracia para outras esferas institucionais, especialmente o Supremo Tribunal Federal e a imprensa. Em um ambiente no qual os partidos falham em desempenhar seu papel de contenção, cabe ao Judiciário e aos meios de comunicação exercer a função de vigilantes do regime democrático. Essa transferência de responsabilidade, no entanto, não está isenta de críticas, pois levanta debates sobre ativismo judicial e sobre o papel da mídia na construção da agenda política nacional.

A experiência brasileira demonstra que a democracia pode sobreviver mesmo em contextos de fragilidade partidária, desde que outros atores institucionais assumam a responsabilidade de garantir o respeito às normas democráticas. No entanto, esse modelo não é sustentável a longo prazo, pois depende de intervenções constantes de instituições que, idealmente, não deveriam ter um papel tão central na definição dos rumos políticos do país. O fortalecimento dos partidos políticos, portanto, continua sendo

uma necessidade urgente para consolidar a democracia brasileira e reduzir sua dependência de atores externos ao sistema político tradicional.

A comparação entre o modelo americano e o brasileiro evidencia que a premissa de Levitsky e Ziblatt sobre os partidos como guardiões da democracia precisa ser relativizada quando aplicada a contextos multipartidários e instáveis. Enquanto nos Estados Unidos a estrutura bipartidária garante um nível elevado de previsibilidade e controle sobre a ascensão de lideranças políticas, no Brasil o excesso de partidos e a ausência de coesão interna resultam em um sistema no qual a democracia se torna refém de interesses voláteis e alianças circunstanciais.

Assim, a noção de que os partidos são a principal linha de defesa da democracia precisa ser repensada à luz das especificidades do contexto brasileiro. Em um país onde os partidos não conseguem desempenhar essa função de maneira eficaz, torna-se essencial refletir sobre estratégias para fortalecer essas instituições, seja por meio de reformas que incentivem maior disciplina partidária, seja por meio de iniciativas que promovam maior participação da sociedade civil no debate político. Enquanto essa transformação não ocorre, a democracia brasileira continuará dependente de atores extrapartidários para sua proteção, o que pode gerar desafios adicionais para sua consolidação a longo prazo.

4 A IMPRENSA E O STF COMO GRADES DE PROTEÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

A fragilidade estrutural dos partidos políticos no Brasil gerou um vácuo institucional que exigiu a atuação de outras entidades na proteção do regime democrático. Nesse contexto, a imprensa e o Supremo Tribunal Federal (STF) emergiram como atores cruciais para a manutenção da ordem constitucional e o equilíbrio dos poderes. Embora a teoria democrática convencional atribua aos partidos a função de principais guardiões do regime, a realidade brasileira demonstra que, diante da sua desorganização, instabilidade e permeabilidade a interesses diversos, outras forças precisaram ocupar esse espaço. Assim, a imprensa e o STF desempenham um papel que, em muitos outros países, caberia exclusivamente aos partidos políticos: conter o avanço de tendências autoritárias, garantir a transparência institucional e proteger as regras do jogo democrático.

Desde os anos 1990, a imprensa brasileira consolidou-se como um dos pilares da democracia, fiscalizando o poder e denunciando abusos que poderiam comprometer a estabilidade do regime. Veículos tradicionais, como Folha de São Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, tornaram-se referências na cobertura de escândalos de corrupção e na resistência a discursos políticos que ameaçavam a ordem democrática⁸. A imprensa não apenas expõe irregularidades e desvios de conduta das elites políticas, mas também atua como uma instância de pressão social que mobiliza a opinião pública contra iniciativas antidemocráticas.

O jornalismo investigativo teve papel determinante em momentos decisivos da história recente do Brasil. O escândalo do Mensalão, revelado em 2005, foi impulsionado por reportagens detalhadas que demonstravam o esquema de compra de apoio parlamentar no Congresso Nacional. Posteriormente, a Operação Lava Jato ganhou notoriedade mundial ao revelar um intrincado esquema de corrupção envolvendo a Petrobras, empreiteiras e líderes políticos de diferentes partidos. A atuação da imprensa foi decisiva para que esses casos fossem levados à justiça e resultassem na responsabilização de agentes

⁸ ABRUCIO, Fernando Luiz. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2007. p.179.

públicos e privados.

A influência da mídia na política brasileira, no entanto, não se limita à denúncia de escândalos de corrupção. Em momentos de crise institucional, a imprensa tem exercido um papel ativo na delimitação do discurso público e na criação de narrativas que favorecem a manutenção do regime democrático. Durante o impeachment da presidente Dilma Rousseff, por exemplo, a cobertura midiática ajudou a moldar a percepção popular sobre o processo, destacando argumentos favoráveis e contrários à destituição da chefe do Executivo. A forma como os veículos de comunicação enquadraram os eventos políticos contribuiu para a consolidação da crise como um episódio de ruptura institucional e reconfiguração do poder.

Além de sua função fiscalizadora, a imprensa também opera como uma arena de debate público, na qual diferentes visões de mundo são confrontadas e discutidas. A diversidade de opiniões publicadas nos principais jornais e revistas do país permite que a sociedade tenha acesso a múltiplas interpretações dos fatos políticos, enriquecendo a análise e estimulando o pensamento crítico. Em um ambiente de crescente polarização, essa pluralidade de vozes se torna essencial para evitar que determinados grupos monopolizem a narrativa política e para garantir que posições divergentes possam ser expressas e defendidas livremente.

Entretanto, a atuação da imprensa não está isenta de críticas. Em algumas ocasiões, veículos de comunicação foram acusados de parcialidade na cobertura política, favorecendo determinados grupos ou alinhando-se a interesses específicos. A concentração da mídia brasileira nas mãos de poucas famílias e conglomerados empresariais levanta questionamentos sobre a pluralidade e a independência do jornalismo nacional. Ainda assim, mesmo diante dessas limitações, a imprensa continua sendo um dos principais mecanismos de defesa da democracia no Brasil, garantindo a transparência do poder e dificultando a adoção de medidas que possam comprometer as liberdades individuais e institucionais.

Se a imprensa se destaca na esfera da opinião pública e na exposição de irregularidades, o Supremo Tribunal Federal tem se consolidado como o último bastião da democracia dentro das estruturas do Estado. A Suprema Corte brasileira desempenha um papel fundamental na interpretação da Constituição e na garantia do equilíbrio entre os poderes, funcionando como um freio contra tentativas de erosão democrática. Em um contexto de fragilidade partidária, o STF tem sido frequentemente acionado para decidir sobre questões políticas sensíveis, assumindo um protagonismo que, em democracias mais estáveis, seria desempenhado pelo Legislativo.

A judicialização da política tornou-se uma característica marcante do sistema brasileiro, especialmente a partir dos anos 2000. À medida que os partidos se mostraram incapazes de resolver conflitos institucionais de maneira autônoma, o STF foi chamado a intervir em diversos momentos críticos. Um dos casos mais emblemáticos dessa tendência foi a decisão da Corte sobre a legalidade do impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016. O STF atuou como árbitro do processo, delimitando as regras que deveriam ser seguidas pelo Congresso Nacional e garantindo que o rito constitucional fosse respeitado.

Outro exemplo da importância do STF na defesa da democracia foi a anulação de decretos e medidas provisórias que afrontavam princípios constitucionais. Durante o governo Bolsonaro, a Corte interveio em diversas ocasiões para impedir ações que violavam direitos fundamentais ou ameaçavam o equilíbrio institucional. Entre essas medidas, destacam-se a decisão que invalidou a nomeação de um diretor-geral da Polícia Federal com indícios de interferência política e o bloqueio de iniciativas

que buscavam restringir o funcionamento de instituições de fiscalização, como o Tribunal de Contas da União.

Contudo, a crescente interferência do STF na política também gerou controvérsias. Críticos argumentam que o ativismo judicial da Suprema Corte ultrapassa os limites da separação de poderes e compromete o princípio democrático da soberania popular. A ideia de que juízes não eleitos tomam decisões com impacto direto na governança do país levanta debates sobre a legitimidade dessa atuação e sobre os riscos de uma hipertrofia do Judiciário. Apesar dessas críticas, a atuação do STF tem sido essencial para conter retrocessos e preservar os princípios democráticos estabelecidos pela Constituição de 1988.

O Supremo Tribunal Federal também exerce um papel importante na proteção de direitos fundamentais e na garantia de que minorias tenham sua voz respeitada dentro do sistema político. A decisão de reconhecer a união estável entre pessoas do mesmo sexo, a criminalização da homofobia e a defesa da liberdade de expressão são exemplos de como a Corte tem atuado para assegurar que a democracia brasileira não se restrinja apenas ao exercício do voto, mas se traduza em uma ampla proteção dos direitos individuais.

Diante desse cenário, a imprensa e o STF emergem como grades de proteção da democracia no Brasil, assumindo funções que, em outros contextos, seriam desempenhadas pelos partidos políticos. Enquanto a imprensa mobiliza a opinião pública e denuncia abusos de poder, o Supremo Tribunal Federal atua como guardião da Constituição e fiscalizador do equilíbrio institucional. Essa configuração, embora tenha sido eficaz na contenção de ameaças ao regime democrático, também apresenta desafios e dilemas. O protagonismo excessivo dessas instituições pode gerar tensões com os demais poderes e suscitar questionamentos sobre a legitimidade de sua atuação.

Em um sistema político ideal, os partidos deveriam desempenhar a função de proteção da democracia, filtrando lideranças e garantindo a estabilidade institucional. No entanto, a realidade brasileira exige que outras entidades assumam esse papel, compensando as fragilidades do sistema partidário e garantindo que os princípios democráticos sejam preservados. Assim, a imprensa e o STF tornam-se elementos centrais na defesa do regime, preenchendo as lacunas deixadas pelos partidos e assegurando que a democracia brasileira, apesar de suas imperfeições, continue a resistir às investidas autoritárias e aos desafios de um cenário político conturbado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese central de Levitsky e Ziblatt, conforme apresentada em *Como as Democracias Morrem*, parte do pressuposto de que os partidos políticos desempenham o papel de guardiões fundamentais do regime democrático, funcionando como barreiras institucionais contra a ascensão de lideranças autoritárias. No entanto, ao transpor esse modelo para a realidade brasileira, torna-se evidente que sua aplicação é limitada, uma vez que a estrutura partidária do país se revela fragmentada, instável e frequentemente refém de interesses circunstanciais. O caráter fluido e pragmático dos partidos políticos brasileiros impede que desempenhem de maneira eficaz a função de filtragem institucional descrita pelos autores, o que obriga outras instituições a assumir esse papel de contenção de tendências antidemocráticas. Nesse contexto, a imprensa e o Supremo Tribunal Federal (STF) emergem como atores centrais na proteção da democracia brasileira, exercendo funções que, em democracias mais consolidadas, seriam desempenhadas pelas

siglas partidárias.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil consolidou um sistema partidário marcado pela fragmentação extrema e pela volatilidade ideológica. Diferentemente do bipartidarismo norte-americano, onde os partidos possuem maior coesão e capacidade de filtrar lideranças que ameacem as normas democráticas, no Brasil a proliferação de legendas de aluguel e a ausência de um sistema estável de fidelidade partidária impedem que essas siglas exerçam qualquer tipo de barreira institucional eficaz. O presidencialismo de coalizão, caracterizado por alianças pragmáticas entre partidos com pouca afinidade programática, intensifica essa instabilidade e transforma o Congresso Nacional em um espaço de negociação constante, no qual princípios ideológicos frequentemente cedem lugar a interesses eleitorais e fisiológicos.

A consequência direta dessa fragmentação é a fragilidade das instituições partidárias enquanto vetores de defesa da democracia. Partidos políticos, que em teoria deveriam atuar como mediadores entre a sociedade e o Estado, tornaram-se meros instrumentos de viabilização eleitoral, muitas vezes carecendo de uma base programática sólida ou de um compromisso real com princípios democráticos. Esse fenômeno se reflete na facilidade com que lideranças populistas e figuras sem tradição política conseguem ascender rapidamente no cenário nacional, sem enfrentar resistência significativa por parte do sistema partidário.

Diante desse cenário, outras instituições precisaram preencher esse vácuo e assumir a função de garantir a estabilidade democrática. A imprensa, por exemplo, desempenhou um papel crucial na denúncia de escândalos de corrupção e na fiscalização da atuação do poder público. Desde os anos 1990, veículos de comunicação como Folha de São Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo tiveram papel determinante na exposição de esquemas ilícitos que abalaram a política nacional. O jornalismo investigativo se tornou uma ferramenta essencial para a manutenção da transparência e para impedir que práticas antidemocráticas se consolidassem sem resistência pública.

A Operação Lava Jato ilustra bem esse fenômeno. Amplamente coberta pela mídia, essa operação revelou um esquema sistêmico de corrupção que envolvia políticos de diferentes partidos e grandes empresas estatais e privadas. A cobertura intensa do caso ajudou a mobilizar a opinião pública, pressionando o Judiciário e o Legislativo a tomar medidas mais severas contra os envolvidos. Embora a operação tenha gerado debates acalorados sobre seletividade e judicialização da política, é inegável que a imprensa exerceu um papel determinante na sua legitimação e no avanço das investigações.

No entanto, a atuação da imprensa como guardião da democracia não está isenta de desafios. O fenômeno da polarização política tem levado a acusações frequentes de viés midiático, com diferentes grupos ideológicos questionando a imparcialidade dos grandes veículos de comunicação. Além disso, o advento das redes sociais transformou radicalmente o fluxo de informações, criando um ambiente em que desinformação e discursos extremistas circulam com velocidade inédita. Se por um lado a imprensa tradicional ainda detém um papel central na mediação do debate público, por outro, seu monopólio sobre a narrativa política foi abalado por novos atores digitais, que frequentemente promovem discursos deslegitimadores contra as instituições democráticas.

Outro ator institucional que emergiu como um dos principais garantidores da democracia no Brasil foi o Supremo Tribunal Federal. Em um contexto em que o Legislativo se mostra frequentemente incapaz de arbitrar conflitos políticos de maneira eficiente, o STF assumiu um protagonismo cada vez maior, sendo chamado a intervir em decisões que impactam diretamente o funcionamento do regime

democrático. O fenômeno da judicialização da política se intensificou nos últimos anos, com a Corte sendo acionada para mediar disputas entre poderes, garantir a aplicação da Constituição e impedir medidas que poderiam representar retrocessos democráticos.

A atuação do STF ficou evidente em momentos críticos da política nacional, como no impeachment da presidente Dilma Rousseff, na mediação de conflitos envolvendo o governo Bolsonaro e na anulação de medidas que afrontavam princípios constitucionais. Embora o ativismo judicial da Corte seja alvo de críticas, sua intervenção tem sido fundamental para garantir que princípios democráticos sejam respeitados mesmo diante da instabilidade política.

O protagonismo do STF, no entanto, também gera dilemas. O excesso de judicialização pode levar a um desequilíbrio entre os poderes, tornando o Judiciário um ator político de primeira ordem, o que pode comprometer sua neutralidade e sua legitimidade perante a sociedade. Além disso, decisões controversas da Corte, muitas vezes interpretadas como interferências excessivas em questões que deveriam ser resolvidas no âmbito político, têm alimentado discursos críticos contra o Supremo e incentivado a contestação de suas prerrogativas institucionais.

Dessa forma, o Brasil apresenta uma configuração institucional na qual a defesa da democracia não está centrada nos partidos políticos, mas sim em um conjunto mais amplo de atores, que incluem a imprensa e o STF. Essa realidade impõe desafios significativos para o futuro do regime democrático no país, pois a dependência de instituições não eleitas para garantir a estabilidade política pode gerar tensões e questionamentos sobre a legitimidade dessas intervenções.

Em última instância, a fragilidade dos partidos políticos compromete sua capacidade de atuar como guardiões do regime democrático, exigindo que outras instituições assumam essa responsabilidade. No entanto, essa configuração não é sustentável a longo prazo. Para que a democracia brasileira se fortaleça, é essencial que os partidos políticos sejam reformados e adquiram maior solidez programática e institucional. A criação de mecanismos que incentivem a fidelidade partidária, a redução da fragmentação excessiva e a adoção de práticas que fortaleçam a representação política são passos fundamentais para garantir que os partidos possam reassumir sua função como pilares da democracia.

Assim, compreender a dinâmica da democracia brasileira exige reconhecer que sua estabilidade não depende exclusivamente dos partidos, mas sim de um arranjo institucional mais amplo. A imprensa e o STF têm sido peças-chave na contenção de retrocessos democráticos, mas seu protagonismo é sintomático de um sistema em que os partidos falham em exercer seu papel fundamental. O futuro da democracia brasileira dependerá da capacidade de reequilibrar esse sistema, garantindo que as instituições políticas recuperem sua força e possam operar de maneira eficiente como guardiãs do regime democrático. Enquanto essa transformação não ocorre, a imprensa e o STF continuarão desempenhando um papel central na manutenção da ordem constitucional, ainda que sob constantes desafios e pressões políticas.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2007.

BARROSO, Luís Roberto. *Sem data venia: o Brasil e a Constituição de 1988*. São Paulo: Saraiva, 2019.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MAINWARING, Scott. *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MELO, Carlos Ranulfo; ALMEIDA, Acir. *A política brasileira em tempos de crise*. São Paulo: Editora UFMG, 2016.

POWER, Timothy J. *O presidencialismo de coalizão na América Latina: Brasil em perspectiva comparada*. São Paulo: Editora FGV, 2018.